



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 873, DE 2024

(Do Sr. Jonas Donizette)

Inserir novo inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para fins de tornar prática abusiva a cobrança de taxa de conveniência sem a devida prestação do respectivo serviço ao consumidor.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-10585/2018.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Inserir novo inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para fins de tornar prática abusiva a cobrança de taxa de conveniência sem a devida prestação do respectivo serviço ao consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem o objetivo de inserir novo inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para fins de tornar prática abusiva a cobrança de taxa de conveniência sem a devida prestação do respectivo serviço ao consumidor.

Art. 2º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

.....

XV – efetuar a cobrança de qualquer taxa de conveniência ou taxa de serviço similar sem que tenha havido a efetiva prestação de serviço ao consumidor.”

XVI- efetuar a cobrança de taxa de conveniência com valor superior a 5% do produto ou serviço vendido. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Conforme notícia publicada, em 13/12/2023, no jornal Valor Econômico¹, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou julgamento que trata do cancelamento de uma multa aplicada pelo Procon-SP contra uma empresa que comercializa tíquetes para eventos de entretenimento, por práticas consideradas abusivas na venda de ingressos para o *show* de uma cantora pop de renome internacional, ocorrido em 2012, entre elas a cobrança da denominada “taxa de conveniência”.

De acordo com a notícia supramencionada, consta que o Procon-SP autuou a empresa em uma multa pesada por: (i) cobrar taxa de conveniência de 20% nas vendas *on-line*; (ii) abrir uma pré-venda promocional destinada só a clientes de um determinado cartão de crédito e membros do fã-clube da cantora; e (iii) por somente aceitar pagamento com cartão de crédito em sua plataforma, sem oferecer outras opções, como boleto ou débito em conta.

A empresa, então, questionou a autuação do Procon-SP e, em primeira instância, a 14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo anulou a multa aplicada por aquele órgão. Apesar disso, entendeu que a taxa de conveniência seria irregular porque não há serviço prestado que justifique a sua cobrança, além de configurar benefício unilateral à empresa. A pré-venda dos ingressos também foi considerada prática abusiva.

O Procon-SP recorreu da decisão e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reverteu a decisão, tendo restabelecido a multa. Em seguida, inconformada com a decisão do TJSP, a empresa ré decidiu levar o caso à apreciação do STJ.

Segundo consta ainda da referida notícia, a empresa ré, no âmbito do processo judicial, teria argumentado que as condutas não justificariam a multa aplicada pelo Procon-SP, uma vez que a pré-venda não teria causado prejuízo ao público-consumidor, na medida em que os ingressos não teriam ficado esgotados em nenhum setor e a taxa de conveniência então

1 <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/12/13/stj-volta-a-julgar-cobranca-da-taxa-de-conveniencia.ghtml>



cobrada teria decorrido da prestação de um serviço oferecido aos consumidores naquela ocasião.

Pois bem, consta ainda que o julgamento no STJ foi retomado em dezembro do ano passado e, por enquanto, há registros de dois votos a favor do cancelamento da multa e um voto pela sua manutenção. O julgamento foi reiniciado, naquela ocasião, com a apresentação do voto do ministro Herman Benjamin², que manteve a decisão do TJSP a favor da cobrança da multa do Procon-SP contra a empresa.

Naquele julgamento, o ministro Benjamin releu trechos do acórdão do tribunal, entre eles a parte que diz que a taxa de conveniência seria irregular porque não há serviço prestado que justifique a sua cobrança. Destacou ainda que, segundo a decisão, as despesas com a venda de ingressos pela internet ou *call center* são menores do que as vendas presenciais, onde se precisa da estrutura de um guichê, segurança, entre outros gastos. O ministro também citou que o tribunal chama a cobrança de “taxa de inconveniência”, sendo uma expressão com a qual ele concorda e anunciou que iria incluir em seu voto.

Diante desses abusos, que são frequentemente cometidos por essas empresas contra os consumidores de serviços de entretenimento no País e seguindo ainda a tendência do próprio STJ, conforme fica evidenciada na matéria acima reproduzida, consideramos que se faz necessário atualizar nosso bom Código de Defesa do Consumidor, mediante a inserção de dois novos incisos ao art. 39 daquele diploma legal, para estabelecer, em lei, uma nova prática abusiva, qual seja a de cobrar a polêmica “taxa de conveniência” quando simplesmente não se verifica qualquer prestação de serviço ao consumidor; e ainda estabelecer um teto de 5% do valor do produto ou serviço vendido para cobrança de taxa de conveniência, quando houver serviço prestado.

Desse modo, propõe-se que haja a definição de uma nova prática abusiva, para inibir que empresas continuem a cometer abusos contra os consumidores, de modo que a conduta de “efetuar a cobrança de qualquer

2 Que, por sua vez, divergiu do relator, ministro Mauro Campbell, que reformou decisão para cancelar o pagamento da multa aplicada pelo Procon-SP (REsp 1984261).



taxa de conveniência ou taxa de serviço similar sem que tenha havido a efetiva prestação de serviço ao consumidor” passe a figurar como prática abusiva e configure um impedimento legal a essas atitudes deletérias que venham a ser cometidas pelos fornecedores de produtos e serviços contra o consumidor.

Propomos, também, que ainda que exista o serviço prestado, como, por exemplo, a venda do ingresso pela internet quando haja a venda também em guichê físico, o valor máximo cobrado pela taxa de conveniência seja de 5% do valor do produto ou serviço vendido.

Pela importância do tema, relativo a práticas abusivas que causam problemas e lesam os interesses de milhões de consumidores no Brasil, esperamos contar com o indispensável apoio de nossos Pares para a breve aprovação desta matéria durante sua tramitação nesta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado JONAS DONIZETTE

2024-936





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE
SETEMBRO DE 1990**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11:8078>

FIM DO DOCUMENTO